

# **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE RESENDE**

Quéterí Figueiredo Paiva – UERJ-FFP  
[quetertifp@hotmail.com](mailto:quetertifp@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

Tomando com referencia a questão da regulação, avaliação e qualidade da educação: agendas e realidades locais, o presente trabalho apresenta como tema políticas públicas voltadas para a formação de professores do município de Resende, tem como objetivo demonstrar a importância da formação dos professores na atual conjuntura política brasileira, demonstrando que a escassez de políticas pode interferir em tal formação,

A educação na atualidade desempenha diversos papéis antes não vistos, as transformações ocorrem diariamente e o professor passa a ser um dos agentes atuantes em uma formação que se pretende crítica e autônoma, ele precisa estar preparado para novos desafios e novos mecanismos de conhecimento “ao lado de estratégias políticas consistentes, coerentes e contínuas de formação inicial e continuada dos professores, precisam ser melhoradas as suas condições de trabalho, de carreira e de remuneração” (SCHEIBE, 2010, p. 987). Reside aí, a necessidade de políticas públicas voltadas para formação de professores, e a mudança de atitudes dos profissionais da educação, desenvolvendo formas de atuação mais conscientes.

Nesse sentido, a formação de professores precisa ser pensada em todas as esferas, e as consequências das políticas educacionais interferem diretamente na formação e atuação profissional. Freitas (2018, p. 922), advoga que: “No campo da educação, um novo sistema histórico demandará igualmente um novo projeto educativo. Para esta construção, teremos que nos aproveitar das lutas e formulações contemporâneas dos educadores progressistas”.

Resende é um município do sul do estado do Rio de Janeiro, tendo em

seu quadro profissional 1611 docentes da Educação Básica, que atendem aproximadamente 14 mil alunos (RESENDE, 2020), e mesmo diante desse quadro, observa-se que poucas são as políticas voltadas para a valorização profissional, contando somente com Estatuto do Magistério (RESENDE, 2014), que no ano da sua implementação, conseguiu descomprimir o salário desses profissionais que estavam há muito tempo sem aumento, tal descompressão enquadrava os profissionais por níveis de acordo com o tempo de serviço, aumentando em 3% o salário base a cada cinco anos trabalhados.

O Estatuto do Magistério (RESENDE, 2014) ainda previa adicional de qualificação; auxílio formação e um incentivo pecuniário que poderia chegar em até 50% sobre o salário, após a conclusão de cursos de graduação, pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu, o que deveria ser um incentivo para a formação continuada dos professores da rede municipal de ensino, que não converteu-se, no contexto local.

## **DESENVOLVIMENTO**

Para Garcia (1999, p. 22) “a formação continuada de professores favorece questões de investigação e de propostas teóricas e práticas que estudam os processos nos quais os professores se implicam, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola”. O que difere sistematicamente da visão neoliberal de educação, que visa o processo de mercantilização, que destrói o sistema público de ensino e “quebra a estabilidade do trabalho do professor” (FREITAS, 2012, p. 395).

É notório que a nova conjuntura política brasileira, encabeçada por um governo autoritário, não instituiu políticas pensadas para todos, e isso se torna evidente para aqueles que diariamente compartilham a convivência escolar, pois tais políticas são segmentadas, pensadas visando alguns grupos de indivíduos que geralmente são os mais notados socialmente, ou seja, as políticas apoiam-se no “neoliberalismo e de suas formas de precarização do trabalho as quais ele é obrigado a recorrer como recurso para

contrariar a queda nas taxas de acumulação de riqueza”. (FREITAS, 2018, p. 910)

E em relação ao município de Resende, não poderia ser diferente, havendo somente uma lei que advoga a favor dos professores. Ao mesmo tempo que poucas são as entidades de classes que lutam a favor da valorização profissional, existindo uma Associação dos Professores do Município de Resende (APMR) que tem pouca articulação com o Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (SEPE), e a falta de articulação entre as duas entidades pode contribuir para o enfraquecimento do papel político dos professores no município.

O Estatuto do Magistério tornou-se obsoleto, após a equiparação salarial de todos os profissionais no ano de 2019, ou seja, o município aderiu ao piso salarial mínimo do magistério equiparando todos os profissionais ao mesmo salário, independente do tempo de serviço, desse modo houve casos que o salário do profissional precisou ser reduzido para que a lei fosse cumprida. Atualmente no município todos os professores, sejam esses ingressantes ou não, possuem o mesmo salário base, o que deixa mais evidente o descaso com os professores.

Não é utópico projetar a ação educativa em práticas emancipadoras e resistir às pressões impostas. Os docentes precisam emancipar-se das teorias ou receitas e começar a pensar a autonomia como um mecanismo diário e de grande valia para a prática docente, para que não corroborem com a destruição do sistema político educacional vigente. Buscar a articulação com entidades de classes que lutem pelo direito dos educadores pode ser o primeiro passo.

## **CONCLUSÃO**

Uma das hipóteses levantadas para tentar explicar a escassez de políticas públicas voltadas para a formação docente está no fato de que há pouca intervenção de entidades de classes em níveis municipais e estaduais que não se articulam para lutar em prol da valorização docente e não os auxiliam a compreender e intervir nesse período conflitante que a política

educacional vivencia. Um outro ponto que pode ser levado em consideração é a falta de investimentos no setor, que contribui para a falta de estímulo e valorização dos profissionais docentes.

Embora tenha ocorrido uma preocupação em desenvolver um estatuto específico para o magistério no município de Resende, o mesmo não atendeu todas as necessidades dos docentes. Diante do exposto, é possível afirmar que, em contexto local, as políticas públicas não foram preponderantes para que estes profissionais procurassem por conta própria uma formação continuada.

De modo que este resumo representa uma aproximação inicial, cabe investigar os motivos pelos quais os profissionais demonstram-se cada vez mais desestimulados, diminuindo a possibilidade de investirem na própria formação, assim como quais intervenientes seriam capazes de modificar a falta de incentivo por parte de todas as esferas governamentais, que poderiam reduzir os desgastes vivenciados pelos professores e demais profissionais da educação, auxiliando-os na tão sonhada valorização profissional. Um outro ponto que cabe investigar seria o contexto de produção da política do estatuto do magistério criado no município de Resende, valendo-se questionar se esse foi criado para diminuir as perdas salariais dos profissionais ou simplesmente como estratégia política fundamentada numa visão neoliberal para a estagnação dos ganhos e diminuição salarial.

## REFERÊNCIAS

DIDÁTICA DIGITAL RESENDE. Escolaridade dos Professores da Secretaria Municipal de Educação de Resende. Disponível em: <<http://resende.didaticadigital.com.br/webrun>> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Os reformadores empresariais da educação: Da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, abri-jun, 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 11 abr. de 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: Anotações para uma resistência propositiva*. Rev. HISTERBR On-Line, Campinas, v. 18, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: <

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333/19019>> Acesso em: 12 de abr. 2021.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Org). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RESENDE, Prefeitura Municipal. *Estatuto do Magistério e dos Demais Profissionais da Educação do Município de Resende*. 24 jan. 2014. Disponível em:

<[http://www.resende.rj.gov.br/conteudo/boletim\\_oficial/2014/Bo\\_\\_\\_004.pdf](http://www.resende.rj.gov.br/conteudo/boletim_oficial/2014/Bo___004.pdf)>  
Acesso em 20 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. *INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2020/ Sinopses Estatística da Educação Básica 2020*. Secretaria Municipal de Educação/EDUCAR. 2021.

SCHEIBE, Leda. *Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul./set. 2010.p. 987.